Medida Provisória nº 1072, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Explicação da Ementa:

Modificação do cálculo de Taxas de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive na forma recursal das multas cominatórias.

Assunto: Administração Pública - Organização Administrativa

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À sanção

Último local: 10/07/2025 - Secretaria de Expediente

Último estado: 30/03/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

07/03/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senadora Eliane Nogueira (encerrado em 08/03/2022 - Matéria deliberada no plenário)

TRAMITAÇÃO

10/07/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

01/06/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 199, de 01/06/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do § 11 do art. 62 da Constituição Federal.

À COARQ.

30/05/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 28-05-2022 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1072, de 2021, cuja vigência encerrou-se em 29-03-2022,

TRAMITAÇÃO

com a sanção da Lei nº 14.317, de 2022, publicada em 30-03-2022 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 02-06-2022).

Publicado no DCN Páginas 1013 - DCN nº 21

11/04/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 106, de 11/04/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando para os devidos fins, o incluso autógrafo, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 14.317, de 29 de março de 2022.

31/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 131, de 2022, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2022 (Medida Provisória nº 1.072, de 2021), sancionado e convertido na Lei nº 14.317, de 29 de março de 2022.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 54 - DSF nº 43

Publicado no DSF Páginas 56 - DSF nº 43

30/03/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, § 11, da Constituição Federal e art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN) até 28-05-2022.

30/03/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 14317 DE 2022.
DOU (Diário Oficial da União) - 30/03/2022 - Seção I - págs. 2 e 2.
Sancionada em 29/03/2022.

11/03/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 60, de 10/03/2022, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 11/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 61, de 10/03/2022, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

09/03/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

08/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial, realizada em 08/03/2022)
Encaminhado à publicação o PLV nº 2/2022.
Proferido pela Senadora Eliane Nogueira o Parecer nº 33/2022–PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória; pela adequação financeira e orçamentária; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 2/2022.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 2/2022, ficando prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Publicado no DSF Páginas 22-24 - DSF nº 26

Publicado no DSF Páginas 110-117 - DSF nº 26

Publicado no DSF Páginas 90-108 - DSF nº 26

08/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a apresentação de destaques às 16h12.
Não foram apresentados destaques.

08/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório da Senadora Eliane Nogueira.

07/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a apresentação de emendas às 15h. Não foram apresentadas novas emendas.

05/03/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa semipresencial de 08.03.2022.
Designada Relatora de Plenário a Senadora Eliane Nogueira.

24/02/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Publicado no DSF Páginas 90-108 - DSF nº 26

23/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 68/2022/SGM-P.

22/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o PLV nº 2, de 2022, da Comissão Mista da MPV 1072/2021, que Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa

TRAMITAÇÃO

de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários..
Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Neucimar Fraga (PP/ES).

22/02/2022 MPV107221 - Comissão Mista da MPV 1072/2021

Ação: Apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 2/2022, pelo Deputado Neucimar Fraga (PSD-ES), que: "[EMENTA!]".

22/02/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 360/2021, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 1.072/2021 (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 22/2/2022 - 13h55 - 9ª Sessão).
Discussão em turno único.
Votação do Requerimento da bancada do Novo, que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS).
Rejeitado o Requerimento. Sim: 12; não: 265; total: 277.
Designado Relator, Dep. Neucimar Fraga (PSD-ES), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Neucimar Fraga (PSD-ES), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.072, de 2021; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.072, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.072, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela não implicação em aumento ou diminuição das despesas ou receitas públicas das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.072, de 2021, e das Emendas nºs 1 e 7, na forma do Projeto de Lei de Conversão; e pela rejeição das demais emendas propostas.
Discutiram a Matéria: Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) e Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS).
Encerrada a discussão.
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Encaminhou a Votação da Matéria o Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS).
Aprovada a Medida Provisória nº 1.072, de 2021, na forma do Projeto de Lei de Conversão, ressalvado o destaque. Sim: 356; total: 356.
Votação do DTQ 2: NOVO: Destaque para votação em separado da expressão "ou dispensada de registro"constante do inciso XVII do art. 3º da Lei 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e por decorrência a expressão "ou dispensada de registro" constante do inciso II do artigo 4º da Lei 7.940, de 20 de dezembro de 1989, alterada pela art. 2º do PLV apresentado à MPV 1072/21, com vistas à sua supressão (art. 161, I).
Encaminharam a Votação: Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS) e Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS).
Mantido o texto.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Neucimar Fraga (PSD-ES).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.072-A/2021) (PLV 2/2022).

16/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 2 PLEN, pelo Deputado Neucimar Fraga (PSD/ES).
Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 3 PLEN, pelo Deputado Neucimar Fraga (PSD/ES).

15/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Neucimar Fraga (PSD/ES).

08/02/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Neucimar Fraga (PSD-ES)

TRAMITAÇÃO

14/12/2021 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/12/21 PAG 1145

13/12/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

07/12/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n.360/2021, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.072, de 2021, que"Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários"
Recebida a Mensagem nº 491/2021, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1072/2021.

07/12/2021 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Mensagem n. 491/2021, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1.072/2021, que 'Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários'".

07/12/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 360, de 07/12/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1072, de 2021.

19/11/2021 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 10/03/2022. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2021.

Publicado no DCN Páginas 161 - DCN nº 46

06/10/2021 CMMPV 1072/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

06/10/2021 CMMPV 1072/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Ação: Retiradas as emendas nº 9 e 12, pelo autor, Deputado Da Vitoria.

06/10/2021 CMMPV 1072/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 12 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES) 001; 002; 006; 007; Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) 003; Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA) 004; Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES) 005; Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES) 008; 009; 012; Deputado Federal Marcelo Ramos (PL/AM) 010; Deputado Federal Sergio Toledo (PL/AL) 011.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 07/10/2021.

Publicado no DCN Páginas 6-55 - DCN nº 40

04/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À COCM, para recebimento de emendas.

02/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 01/10/2021 a 29/11/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 01/10/2021 a 05/10/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15/11/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 05/10/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

01/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 01/10/2021, Edição Extra C, nas páginas 1 a 3, a Medida Provisória 1072/2021.

Publicado no DOU Páginas 1-3 Edição Extra (nº C)

DOCUMENTOS

MPV 1072/2021

Data: 01/10/2021

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Avulso inicial da matéria

Data: 01/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 01/10/2021, Edição Extra C, nas páginas 1 a 3, a Medida Provisória 1072/2021.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Quadro Comparativo

Data: 01/10/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 01/10/2021, Edição Extra C, nas páginas 1 a 3, a Medida Provisória 1072/2021.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original da MPV e a legislação alterada.

Calendário

Data: 02/10/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 01/10/2021 a 29/11/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 01/10/2021 a 05/10/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15/11/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 05/10/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

EMENDA 1 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021

Autor: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

EMENDA 2 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021

Autor: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

EMENDA 3 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021

Autor: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Emenda à MPV 1072/2021

EMENDA 4 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Inclui artigos na medida Provisória 1072 de 1º de outubro de 2021.

EMENDA 5 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Inclui artigos à MPV 1072 de 2021

EMENDA 6 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

EMENDA 7 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

EMENDA 8 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Emenda Aditiva à Medida Provisória 1.072, de 1º de outubro de 2021.

EMENDA 9 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021
Autor: Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021
Descrição/Ementa: Emenda Aditiva à Medida Provisória 1.072, de 1º de outubro de 2021.

EMENDA 10 - MPV 1072/2021

DOCUMENTOS

Data: 05/10/2021

Autor: Deputado Federal Marcelo Ramos (PL/AM)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

EMENDA 11 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021

Autor: Deputado Federal Sergio Toledo (PL/AL)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Inclua-se onde couber no Projeto de Lei de Conversão referente à Medida Provisória nº 1.072, de 1º. de oubtubro de 2021

EMENDA 12 - MPV 1072/2021

Data: 05/10/2021

Autor: Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Emenda Aditiva à Medida Provisória 1.072, de 1º de outubro de 2021

Sumário Executivo

Data: 05/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Sumário executivo da MPV nº 1072/2021

Avulso de emendas

Data: 06/10/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 12 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES) 001; 002; 006; 007; Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) 003; Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA) 004; Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES) 005; Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES) 008; 009; 012; Deputado Federal Marcelo Ramos (PL/AM) 010; Deputado Federal Sergio Toledo (PL/AL) 011.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 07/10/2021.

Descrição/Ementa: Avulso de Emendas da MPV 1072, de 2021.

Nota Técnica

Data: 06/10/2021

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Descrição/Ementa: Nota Técnica da MPV 1072, de 2021.

Requerimento

Data: 06/10/2021

Autor: Deputado Federal Da Vitoria (CIDADANIA/ES)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1072, de 2021

Ação Legislativa: Retiradas as emendas nº 9 e 12, pelo autor, Deputado Da Vitoria.

Descrição/Ementa: Requer a retirada de tramitação de Emendas protocoladas à Medida Provisória 1072, de 2021.

OFCN 360/2021

Data: 07/12/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 360, de 07/12/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1072, de 2021.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória n° 1072, de 2021.

Autógrafo aprovado na

Data: 24/02/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, para modificar a forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.457, de 5 de maio de 1997, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 11.908, de 3 de março de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010.

Avulso de PLV

Data: 24/02/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: Avulso do Projeto de Lei de Conversão.

Quadro Comparativo

Data: 24/02/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: Legislação x MPV 1072021 x PLV 2/2022 (aprovado na Câmara dos Deputados)

Relatório Legislativo

Data: 08/03/2022

Autor: Senadora Eliane Nogueira (PP/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório da Senadora Eliane Nogueira.

Descrição/Ementa: Relatório MPV 1072

P.S 33/2022 - PLEN

DOCUMENTOS

Data: 08/03/2022

Autor: Senadora Eliane Nogueira (PP/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial, realizada em 08/03/2022)
Encaminhado à publicação o PLV nº 2/2022.
Proferido pela Senadora Eliane Nogueira o Parecer nº 33/2022–PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória; pela adequação financeira e orçamentária; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 2/2022.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 2/2022, ficando prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Descrição/Ementa: Parecer nº 33/2022-PLEN/SF

MPCN 11/2022

Data: 11/03/2022

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 60, de 10/03/2022, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 11/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 61, de 10/03/2022, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei de Conversão n° 2 , de 20XX (Medida Provisória n°1.072 , de 2021).

OFCN 60/2022

Data: 11/03/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 60, de 10/03/2022, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 11/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 61, de 10/03/2022, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem n° 11, de 2022 (CN), da Presidência do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 2, de 2022 (Medida Provisória n°1.072, de 2021).

OFCN 61/2022

Data: 11/03/2022

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 60, de 10/03/2022, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 11/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 61, de 10/03/2022, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei de Conversão n° 2, de 2022 (Medida Provisória n° 1072, de 2021).

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLV 2/2022

Data: 11/03/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 60, de 10/03/2022, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 11/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 61, de 10/03/2022, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Mensagem

Data: 31/03/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Ofício nº 131, de 2022, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2022 (Medida Provisória nº 1.072, de 2021), sancionado e convertido na Lei nº 14.317, de 29 de março de 2022.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: MSG 131/2022.

Anexo de documento

Data: 31/03/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Autógrafo, Lei e Ofício.

OFCN 106/2022

Data: 11/04/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 106, de 11/04/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando para os devidos fins, o incluso autógrafo, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 14.317, de 29 de março de 2022.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão n° 2, de 2022 (Medida Provisória n°1.072, de 2021).

OFCN 199/2022

Data: 01/06/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 199, de 01/06/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do § 11 do art. 62 da Constituição Federal.

À COARQ.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n° 1072, de 2021.

ATCN 81/2021

Data: 04/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1072/2021, pelo período de sessenta dias.